ATA Nº 23/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a presença do Presidente, Luís António Abelho Sobreira Vitorino, e os Vereadores, Jorge Manuel Ramos Lourenço Marques, Luís Manuel Maçãs Aires Costa, António Correia Bonacho, Teresa Susana Bengala Simão. ----------
Pelo Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram dez horas, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada e datada de onze de novembro de dois mil e vinte e cinco. ----------
---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA **----------**

O Presidente informou que esteve presente numa reunião com o IHRU sobre a Estratégia Local de Habitação e o arrendamento acessível, uma vez que falta o termo de aceitação para o orçamento da câmara municipal, são 49 fogos que poderão ser adquiridos ou reabilitados e, relativamente aos lotes para arrendamento acessível, são 8 fogos no Vaqueirinho e 13 fogos em Santo António das Areias. ----------
Deu conhecimento de que reuniu com a APA sobre o processo do Hotel nas Reveladas, a reunião correu bem e o promotor vai adequar o projeto de acordo com o solicitado pela entidade. Informou ainda que está a ser feita a higienização dos depósitos de água no concelho. ----------
Por fim, informou que foi instalada a nova CIMAA, com a Presidência de Joaquim Diogo, Presidente do Município do Crato. ----------
O Vereador Luís Costa referiu que a Feira da Castanha decorreu em pleno, com sucesso, e o tempo bom também ajudou. Este ano houve um aumento de quase mil pessoas no número de visitantes relativamente ao ano passado. Vendeu-se tudo o previsto nas castanhas e no vinho, havendo até necessidade de reforçar e o feed back de todos foi de satisfação. Houve uma boa animação de rua este ano, com alguém a fazer a descentralização dos grupos para percorrerem toda a Vila. ----------
O Vice-Presidente informou que esteve presente na antestreia da telenovela da TVI "Ninguém como tu", com filmagens em Marvão. ----------
Deu a conhecer que esteve presente no magusto do infantário, que tem novas educadoras e está com uma boa dinâmica. ----------
Referiu que esteve presente em Almazan, no Concurso de Tapas, em que Marvão esteve representado por José Mário Magalhães. Esse concurso está integrado na Rede de Cidades e Vilas Medievais, Marvão é o único concelho português participante e é importante marcar presença pela divulgação que se faz. ----------

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

Relativamente a eventos futuros, informou da realização do Corta-Mato de Marvão, no antigo campo de golfe, no dia 30 de novembro, e deixou o convite para estarem presentes**.**
A Vereadora Teresa Simão considerou uma forte aposta a divulgação que foi feita de Marvão e da Feira da Castanha em várias televisões, com a apresentação da gastronomia, produtos locais e bordados com casca de castanha, nos canais da CM TV, SIC, RTP e com reportagens em Marvão. No passado domingo, estiveram também representados no Domingão da SIC, produtores, bordados e doces de castanha. ----------
Deu conhecimento de que já foi entregue a viatura para a Biblioteca Itinerante de Marvão (BIM), está pronta, estão a registar os livros e brevemente entrará em funcionamento. -----
Durante a passada semana, foi feito um levantamento das necessidades em algumas secções afetas aos pelouros que tutela e informou que está marcada uma reunião sobre a feira da castanha com vários elementos que nela participaram, pois há sempre aspetos a melhorar para preparar o ano seguinte. ----------
O Vereador Jorge Marques pediu ao Presidente que pudesse ser disponibilizado aos vereadores do PS um espaço para poderem reunir na câmara municipal. ----------
Relativamente à Feira da Castanha é um facto que correu bem, com muita gente e o tempo também ajudou, mas, ao longo dos anos, tem sido falado na necessidade de fazer algumas coisas que prestigiem a castanha e a feira que está a ficar com alguma estagnação. --------
Sobre a presença em Almazan, considerou um evento que promove Marvão, mas seria de refletir se, em termos de representação, não poderia haver um concurso para outras pessoas dos restaurantes poderem participar, se estiverem interessados. **----------**
O Vereador António Bonacho também falou na Feira da Castanha para referir um problema que se arrasta há quarenta anos de feira, o estacionamento em Marvão. Perguntou se estão a pensar em resolver este assunto. No que ao vinho diz respeito, perguntou se tiveram feed back sobre a qualidade do vinho, pois houve pessoas que se queixaram de que não estava muito bom. E sugeriu também que a câmara sensibilizasse os produtores para trazerem produtos de qualidade para vender na feira, para não haver queixas de quem compra, pois está em causa a boa imagem de Marvão. ----------
Perguntou ainda se não estiveram presentes na ordenação do Sr. Bispo, pois viu vários presidentes das câmaras municipais do distrito. ----------
O Presidente respondeu que, por motivos de última hora, não lhe foi possível comparecer na cerimónia da ordenação do novo Bispo e não houve tempo de se fazer representar. ---
Relativamente ao espaço para a vereação do PS está a ser tratado. ----------
Sobre o estacionamento na vila, está em curso um projeto que virá à câmara municipal e será na zona do posto da GNR. ----------
----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

FORAM PRESENTES OS SEGUINTES ASSUNTOS:----------
ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: ----------
Foi presente à Câmara Municipal a ata da reunião ordinária de **06 de novembro**, que foi aprovada em minuta, nos termos previstos no n.º 3, do artigo 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. ----------
Aprovada por unanimidade. ----------

ORDEM DO DIA:----------
Foi presente a Ordem do Dia para a reunião, que passou a ser cumprida, e se dá aqui como transcrita na íntegra, sendo a mesma arquivada (***com a refª OD-23/25)*** na pasta de documentos anexa a este livro de atas. ----------
---
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA - CONHECIMENTO ----------
N.º 216 de 17/11/2025, que acusava os seguintes saldos: ----------
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS – 1.365.302,14 € ----------
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS – 575.159,58 € ----------

<u>DIVISÃO DE OBRAS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</u> ----------
PRONÚNCIA SOBRE DIREITO DE PREFERÊNCIA – ANÚNCIO Nº 192344/2025 ----------
Pedido apresentado pela Casa Pronta, para pronúncia da Câmara Municipal de Marvão sobre o direito de preferência na aquisição do imóvel sito em Canada, Monte Baixo, freguesia de Santa Maria de Marvão, artigo matricial nº 459. ----------
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.

PRONÚNCIA SOBRE DIREITO DE PREFERÊNCIA – ANÚNCIO Nº 196606/2025 ----------
Pedido apresentado pela Casa Pronta, para pronúncia da Câmara Municipal de Marvão sobre o direito de preferência na aquisição do imóvel sito em Outeiros da Asseiceira, Lote 5, freguesia de Santo António das Areias, artigo matricial nº 1646. ----------
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.

PRONÚNCIA SOBRE DIREITO DE PREFERÊNCIA – ANÚNCIO Nº 196434/2025 ----------
Pedido apresentado pela Casa Pronta, para pronúncia da Câmara Municipal de Marvão sobre o direito de preferência na aquisição do imóvel sito em Santo António das Areias, freguesia de Santo António das Areias, artigo matricial nº 1951. ----------
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS | LICENCIAMENTO | ROSELHA BRANCA, CASA DE MEMÓRIAS E SABORES, LDA – SÃO SALVADOR DA ARAMENHA ----------
Informação do Engº Ricardo Lacão: ----------
"Relativamente ao exposto, informa-se o seguinte: ----------

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

O requerente vem, junto do Município requerer a isenção para o pagamento das taxas inerentes ao licenciamento, ao abrigo das alíneas a), c) e d) do ponto 7, do Art. 16º do Regulamento de isenção de Impostos e Taxas Municipais de Marvão (Regulamento 478/2022, de 18 de Maio).
A operação Urbanística em causa, apresentada no dia 03 de Novembro de 2025, através de Pedido de Licenciamento com número de processo 252/2025, diz respeito à Obra de reabilitação do edificado existente e sua envolvente com vista à implementação de um Empreendimento de Turismo em Espaço Rural (TER), sito no Largo Nossa Senhora do Amparo, nº7, 7330-339, localidade de São Salvador da Aramenha, freguesia de São Salvador da Aramenha, concelho de Marvão.
A proposta de isenção agora formulada pelo requerente, encontra-se devidamente fundamentada, salientando-se na mesma que "o ramo de atividade proposto irá fomentar o dinamismo na Aldeia, dando oportunidade às gentes locais de desenvolverem atividades de apoio, criando assim postos de trabalho indiretos, para alem dos postos de trabalho fixos necessários à exploração do investimento" e que "o valor do investimento terá igualmente um impacto significativo local, visto que assenta não só no investimento inicial, mas também numa perspetiva de crescimento sustentável", situações com as quais se concorda.
Assim, tendo em conta a fundamentação apresentada, e que a mesma possui enquadramento nos números 6 e 7 do art.º 16º do Regulamento de Isenções de Impostos e Taxas Municipais de Marvão, Julga-se que o requerimento apresentado poderá merecer apreciação positiva, pelo que se coloca à consideração superior, o deferimento da isenção de taxas devidas pela emissão de alvará de licença, bem como da isenção de taxas relativas à emissão da utilização, quando a mesma ocorrer.
Deverá o assunto ser submetido à reunião do executivo Municipal para análise e deliberação." ----------
Informação do Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida: "*Tendo em conta a fundamentação apresentada, e que a mesma possui enquadramento nos números 6 e 7 do art.º 16º do Regulamento de Isenções de Impostos e Taxas Municipais de Marvão, julga-se que o requerimento apresentado poderá merecer apreciação positiva, pelo que se propõe o deferimento da isenção de taxas devidas pela emissão de alvará de licença, bem como da isenção de taxas relativas à emissão da utilização, quando a mesma ocorrer." ----------*
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar de acordo com a informação técnica. ----------

CONSTRUÇÃO DO CORREDOR PEDONAL DO EIXO NASCENTE - POENTE DA PORTAGEM – 1ª FASE – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA ----------
Informação do Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida: ----------
"Para os devidos efeitos, anexa-se o último (4º) cálculo da revisão de preços da empreitada em título, o qual já tem carácter definitivo uma vez que já se encontram publicados os respetivos índices. Do cálculo efetuado, resulta um valor a liquidar ao empreiteiro no montante total de 25.978,99€+IVA, anexando para o efeito o correspondente cabimento orçamental. ----------
Assim, propõe-se a aprovação do quarto cálculo da Revisão de preços da empreitada, com caracter definitivo, devendo o processo ser remitido à reunião do executivo para analise e deliberação. ----
À Consideração Superior." ----------
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar de acordo com a informação técnica. ----------

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA A CRIAÇÃO DE ACOLHIMENTO DE EMERGÊNCIA – BLOCO B1 – PORTO ROQUE – REVISÃO DE PREÇOS Nº 2 ----------

Informação do Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida: ----------

"*Veio o empreiteiro apresentar cálculo de revisão de preços nº2 da empreitada em epígrafe.*

Após análise e realização do cálculo em causa no Sistema de Controlo de Empreitadas do Município foram detetadas algumas inconformidades relacionadas com a afetação dos autos aos meses respetivos e ao cronograma financeiro aprovado. ----------

Após consulta à empresa, a mesma anuiu relativamente aos erros em causa, concordando com a revisão de preços elaborada pelo Município e que apresenta um valor ligeiramente menor. ----------

Neste contexto, anexa-se o cálculo da revisão de preços nº 2 da empreitada, o qual importa no montante total de ***14.373,76€ +IVA****, considerando que já se encontra aprovado o cálculo nº 1, o qual importou 5.571,63€, propondo-se a sua aprovação superior. ----------*

Mais se refere que o presente cálculo tem por base índices provisórios dado que ainda não se encontram publicados os índices definitivos para os meses em causa. ----------

Anexa-se ficha de cabimento orçamental. ----------

À Consideração Superior." ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar de acordo com a informação técnica. ----------

----

RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA A CRIAÇÃO DE ACOLHIMENTO DE EMERGÊNCIA – BLOCO B1 – PORTO ROQUE – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ----------

Informação do Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida: ----------

"*Relativamente à empreitada em epígrafe, informa-se que a mesma teve a sua consignação no dia 15 de Julho de 2024, e possuía um prazo de 12 meses para o seu término. ----------*

O empreiteiro, com o aproximar do final do prazo para a realização da obra apresentou pedido de prorrogação de prazo, ao qual não foi dada resposta dado existirem algumas divergências relativamente ao tipo de prorrogação a conceder. ----------

Verificaram-se posteriormente alguns constrangimentos alheios ao empreiteiro e ao Município relativamente à definição da forma como se iriam implementar as baixadas elétricas, tendo a empresa E-redes numa primeira fase apontado para uma solução e posteriormente alterado a decisão inicial, com alguns atrasos nas respetivas respostas, e obrigando o Município a realizar pequenas obras de implantação de novas caixas e equipamentos, com recurso a uma empresa da especialidade. Esta situação apenas ficou definida definitivamente no passado mês de Outubro.

Com isto, assiste ao empreiteiro alguma razão relativamente aos atrasos havidos, pois viu-se impossibilitado de finalizar os trabalhos referentes á parte elétrica. ----------

Com a situação atrás exposta e o arrastamento no tempo, não tendo sido concedida a necessária prorrogação de prazo, urge efetuar a regularização neste capítulo. ----------

Refere-se que os trabalhos da empreitada encontram-se em fase de acabamentos finais, restando apenas alguns trabalhos de pormenor bem como as infraestruturas elétricas não realizadas por força do anteriormente referido. ----------

Neste sentido, e porque o motivo dos atrasos não foi da inteira responsabilidade do empreiteiro, propõe-se que seja concedida uma prorrogação total de prazo 150 dias, sendo 90 dias a título legal

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

e por força dos atrasos alheios ao empreiteiro e os restantes 60 dias a título gracioso, porque na realidade o mesmo nunca implementou na obra o ritmo desejado e previsto inicialmente. ----------
Com a prorrogação concedida, o prazo para o término da empreitada passará para o próximo dia 15 de Dezembro, que se julga suficiente para a total finalização da empreitada. ----------
Tendo em conta o atrás exposto, propõe-se que a Exma. Camara delibere a prorrogação de prazo da empreitada por 150 dias. ----------
Mais se propõe a notificação à empresa para que desenvolva os esforços necessários para a finalização da obra dentro do prazo agora concedido, sob pena de lhe serem imputadas as sanções previstas na Lei, designadamente a aplicação de multas por incumprimento dos prazos contratuais. À Consideração Superior." ----------
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar de acordo com a informação técnica. ----------

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA ----------

CONTRATO-PROGRAMA ÁGUAS DO ALTO ALENTEJO, E.I.M., S.A. / MUNICÍPIOS 2025 ----------

A empresa enviou a minuta do contrato-programa que remeteu para todos os municípios, para deliberação no órgão executivo e deliberativo. Mais se deliberou que, após aprovação, todos os municípios deverão indicar um número de compromisso e inscrição no plano plurianual de atividades, para preenchimento na minuta do Contrato-Programa. ----------
*O presente documento, depois de rubricado por todos os presentes, dá-se aqui como transcrito na íntegra, sendo o mesmo arquivado (com ref. **DA 80/25**) na pasta de documentos anexa a este livro de atas.----------*
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Contrato-Programa e submeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ---
O Vereador Jorge Marques alertou que a população continua a sentir-se lesada e é importante ter uma representação política que exija as respostas com celeridade às necessidades da população. ----------
O Presidente respondeu que há um défice de investimento no concelho e há situações graves para resolver, por isso, vai fazer parte do Conselho de Administração para reivindicar essas necessidades. **----------**

PEDIDO DE ENTRADA GRATUITA NO CASTELO DE MARVÃO – FAM TRIP NORTE & NORDESTE ----------

E-mail do Turismo do Alentejo *:"Dando continuidade a ações desenvolvidas com as regiões Norte e Nordeste do Brasil— nomeadamente o lançamento dos novos voos da TAP para Belém e Manaus, bem como a realização do roadshow no primeiro semestre, a TAP está a promover uma ação conjunta que irá passar por Marvão na tarde de 18 de novembro. Temos dez agentes convidados que serão acompanhados por um representante da TAP e um do Turismo de Portugal no Brasil. Durante a visita gostaríamos de o grupo visitasse o Castelo de Marvão. Vimos por este meio pedir o vosso apoio a esta ação promocional do mercado brasileiro com a oferta da entrada do grupo no Castelo." ----------*

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido. ----------
----

REDUÇÃO DO IMI EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES ----------

Proposta do Presidente: ----------

"*Estabelece o artigo 112-A.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, aditado pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março e restantes alterações, que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:*

N.º Dependentes a Cargo	Dedução Fixa (em Euros)
1	30
2	70
3 ou mais	140

A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entre-gues. A deliberação referida deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI.

Em face do exposto proponho à Câmara Municipal que esta delibere aprovar a redução do IMI proposta, e que esta deliberação seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro." ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a redução proposta e submeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ----------
----

TAXAS IMI ----------

Proposta do Presidente: ----------

"*Estabelece o n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro e restantes alterações, que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, isto é, Prédios urbanos de 0,3% a 0,45%.*

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

Em face do exposto proponho à Câmara Municipal que, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere aprovar e que esta deliberação seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal:
*a) uma **taxa de 0,3% de IMI** a aplicar aos prédios urbanos em 2025 a cobrar em 2026;*
b) nos termos do n.º 3 do artigo 112º do CIMI, na sua atual redação, elevar para o triplo a taxa de IMI que vier referida na alínea a), para os prédios urbanos ou frações que se encontrem devolutos nos termos do artigo 2º, do Decreto-lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio, e/ou em ruína, situados em toda a área do concelho;
c) de acordo com o n.º 8 do artigo 112ºdo CIMI, na sua atual redação, majorar em 30% a taxa de IMI referida na alínea a), para os prédios urbanos degradados em toda a área do município e que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens." ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a taxa proposta e submeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ----------

---

PARTICIPAÇÃO NO IRS - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO

Proposta do Presidente: ----------

"*Considerando que de acordo com o estabelecido no artigo 26.º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterada e republicada pela lei n.º 51/2018 de 16 de agosto), os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.* ----------

A participação atrás referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município. ----------

Em face do exposto proponho à Câmara Municipal que delibere aplicar uma taxa de 2,5 % na participação do IRS, tal como no ano anterior." ----------

O Vereador Jorge Marques considerou que era importante equacionar se não devia haver uma redução desta taxa, atendendo a tantas despesas acrescidas que as famílias estão a ter no dia-a-dia, a verba recebida podia depois ser aplicada na área social. ----------

O Presidente esclareceu que quem paga IRS é quem ganha muito e pode pagar essa taxa. No entanto, está disposto a falar sobre isso no próximo ano e até a dar a verba a questões sociais, mas para este ano tiveram de ser céleres em trazer as taxas à reunião de câmara.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a taxa proposta e submeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ----------

---

APLICAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO

Proposta do Presidente: ----------

"Á Câmara Municipal,

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

A Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, Lei das Comunicações Eletrónicas, estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas. Concretamente prevê o respetivo artigo 169.º a existência de taxas pelos direitos de passagem, taxa essa que deve ser fixada anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, sendo determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área do correspondente município, não podendo ultrapassar os 0,25%. ----------
Em face do exposto proponho, que a Câmara Municipal delibere aplicar uma taxa de 0,25% e que proponha à Assembleia Municipal a sua aprovação." ----------
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a taxa proposta e submeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ----------
----

APLICAÇÃO DE DERRAMA - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO

Proposta do Presidente: ----------

"*À Câmara Municipal,*

De acordo com o definido no n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os Municípios podem lançar anualmente, até ao limite de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Assim e tendo em consideração que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal autorizar o lançamento de Derrama para reforço da capacidade financeira, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar para o ano de 2026 o seguinte:

- Aprovar a taxa de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável no território, fixando a percentagem em 1,5%.

Quanto às isenções aplicar-se-á o disposto no artigo 17º do Regulamento de Isenções de Impostos e Taxas Municipais de Marvão, em vigor desde 19 de maio de 2022, solicitadas de acordo com o disposto no artigo 18º e seguintes do mencionado regulamento." ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a taxa proposta e submeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ----------
----

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ARTIGO 110º RJUE ----------

Proposta do Presidente: ----------

"*Na sequência da delegação de competências anteriormente aprovada pela Câmara Municipal no respetivo presidente da câmara, com vista à aproximação dos serviços às populações, dando origem a procedimentos mais céleres e mais eficientes, traduzindo-se*

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

numa maior rapidez na resposta às pretensões dos munícipes, verificou-se a necessidade de proceder ainda à seguinte delegação de competências no âmbito do Decreto-lei555/99, de 16 de Dezembro (RJUE):

-Prestar informações, nos termos e para os efeitos previstos no Art.110º do RJUE.

Face ao exposto e, tendo em vista a prossecução da celeridade e eficácia do processo de decisão, sem diminuição da garantia e salvaguarda jurídica decorrente do regime da delegação de competências contida no Artigo 44º e seguintes do Código do Procedimento administrativo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere delegar a competência da Câmara Municipal prevista no Artigo 110º do RJUE, para prestar informações, no respetivo presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação." ----------

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta do Presidente, com as abstenções dos eleitos pelo PS. ----------

----

CONVITE ÀS IPSS´S – FEIRA DA CASTANHA 2025 | SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO ----------

O município de Marvão convidou todas as lPSS'S a participarem na Feira da Castanha, com um espaço de gastronomia em stand disponibilizado gratuitamente pela organização. Por despacho do Presidente submete-se a ratificação da Câmara Municipal. ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho. ----------

----

CONVITE ÀS IPSS´S – FEIRA DA CASTANHA 2025 | A ANTA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO DA BEIRÃ - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO

O município de Marvão convidou todas as lPSS'S a participarem na Feira da Castanha, com um espaço de gastronomia em stand disponibilizado gratuitamente pela organização. Uma vez que a Anta já tinha solicitado e efetuado o pagamento do stand, solicitam a devolução do valor pago pela instituição. ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a restituição do valor já pago pela Instituição. ----------

----

PROPOSTA PARA CEDÊNCIA GRATUITA DE STANDS | MERCADO DE NATAL 2025 -

Proposta do Presidente: ----------

- Considerando que o Município de Marvão tem vindo a promover eventos de caráter cultural, turístico e económico com o objetivo de dinamizar o tecido empresarial local e atrair visitantes à região;

- Considerando que, para a realização de tais eventos, é necessária a disponibilização de stands a expositores, produtores e entidades sem fins lucrativos, a título gratuito, como forma de incentivo à participação e promoção dos produtos e serviços locais;

- Considerando ainda que a cedência gratuita de stands, enquanto apoio de caráter logístico e não financeiro, se enquadra nos poderes próprios da Câmara Municipal, nos termos da ***alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro****, que estabelece*

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

o regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente no que respeita à gestão de equipamentos e apoio a atividades de interesse municipal;
Proponho que a Câmara Municipal delibere a cedência gratuita de 7 stands do Municipio para o Mercado de Natal, nos seguintes termos:
- os interessados devem enviar email para divisao.financeira@cm-marvao.pt, indicando o nome da empresa ou do particular, a área de atividade/produtos comercializados e os documentos solicitados, até dia 25 de novembro de 2025;
*- é dada preferência a empresas/associações/IPSSs/particulares com sede/residência no concelho de Marvão (**IPSSs/Associações** – com registo atualizado no Portal do Associativismo; **Empresas** – enviar certidão permanente; **Particulares** – mediante leitura do cartão de cidadão nos serviços do Municipio ou com o envio de certidão da Autoridade Tributária que ateste o domicilio fiscal);*
- área de atividade/produtos comercializados para ocupação do espaço: Doçaria/Bebidas Artesanais; Artesanato; produtos endógenos:
- caso o n.º de interessados seja superior aos espaços disponíveis, o espaço de cada stand pode ser partilhado com outra empresa/particular/associação/IPSSs;
- cedência gratuita de 29/11/2025 a 8/12/2025 – durante o período indicado, o espaço cedido deve estar aberto ao público, obrigatoriamente, aos sábados, domingos e feriados, no período entre as 10 h e as 19 h;
- o Municipio reserva-se o direito de atribuir os stands, de modo a garantir diversidade de oferta no Mercado de Natal;
- Será celebrado contrato de comodato, entre as partes, de modo a assegurar os respetivos direitos e obrigações.
O conteúdo desta minha proposta será divulgado por edital após deliberação da Câmara Municipal.” ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Presidente. -

---

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO MUNICIPAIS 2025/2026 ------

Proposta do Presidente: ----------

“ À Câmara Municipal,
De acordo com o n.º 1 do artigo 382.º Código Regulamentar do Município de Marvão, é competência da Câmara Municipal a definição do número de Bolsas de Estudo Municipais e do seu valor global, de acordo com as disponibilidades financeiras.
Neste sentido, venho propor a esta Câmara Municipal que seja atribuída bolsa de estudo a todos/as os/as candidatos/as que cumpram as condições de atribuição e que o valor da bolsa mensal, que será paga durante 10 meses, seja calculado considerando:
-Disponibilidade orçamental (até 31/12/2025): 13650,00€;
-O número de candidatos que cumprem os requisitos de atribuição;
-E ainda que, caso existam outras bolsas já atribuídas ao/à candidato/a, o valor da bolsa de estudo a atribuir pela Câmara Municipal será ajustado por defeito, sendo que o somatório

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

das bolsas não pode ultrapassar o montante equivalente a 50% do salário mínimo nacional, em vigor à data da candidatura." ----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Presidente. ----------

ALTERAÇÃO Nº 14 AO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2025 E ALTERAÇÃO Nº 14 ÀS GOP – PARA CONHECIMENTO ----------

O presente documento, depois de rubricado por todos os presentes, dá-se aqui como transcrito na íntegra, sendo o mesmo arquivado (com ref. ***DA* 81/25**) na pasta de documentos anexa a este livro de atas.----------

A Câmara Municipal tomou conhecimento. ----------

O Vereador Jorge Marques solicitou ao Presidente que pudesse ser enviado aos vereadores um resumo com a explicação das alterações antes da reunião.

ACORDO DE COLABORAÇÃO – IX CORTA-MATO DE MARVÃO ----------

- O presente documento, depois de rubricado por todos os presentes, dá-se aqui como transcrito na íntegra, sendo o mesmo arquivado (com ref. ***DA* 82/25**) na pasta de documentos anexa a este livro de atas.----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo. ----------

----

ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MARVÃO E A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E AÇÃO SOCIAL DE MARVÃO, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA O ANO LETIVO 2025/2026 ----------

O presente documento, depois de rubricado por todos os presentes, dá-se aqui como transcrito na íntegra, sendo o mesmo arquivado (com ref. ***DA* 83/25**) na pasta de documentos anexa a este livro de atas.----------

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Acordo, com as abstenções dos eleitos pelo PS. ----------

----

REPRESENTANTE DO MUNICIPIO NAS ÁGUAS DO ALTO ALENTEJO, E.I.M., SA ------

Considerando o disposto na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33º do RJAL aprovado em anexo à Lei n.º 75/20213, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "designar o representante do município na assembleia geral das empresas locais, bem como os seus representantes em quaisquer outras entidades nas quais o município participe, independentemente de integrarem ou não o perímetro da administração local". ----------

O Presidente propôs que o representante do Município de Marvão seja o Presidente da Câmara Municipal. ----------

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com as abstenções dos eleitos pelo PS. ----------

----

DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS – PARA CONHECIMENTO ----------

"No uso da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 36º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estabeleço a seguinte distribuição de funções, com efeitos a partir de 6 de novembro de 2025;

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18

Luís António Abelho Sobreira Vitorino
Presidente
 Finanças, Coordenação e Administração Geral
 Ordenamento do território e urbanismo
 Recursos humanos
 Proteção civil
 Promoção do desenvolvimento (florestas, desenvolvimento rural, perímetro de rega da Apartadura)
 Conselho Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
 Ambiente, energia, alterações climáticas e saneamento básico
 Comunicações e transportes
 Habitação
 Obras particulares

Luís Manuel Maçãs Aires Costa
Vice-Presidente (substituto legal do Presidente)
 Turismo
 Desporto e gestão de equipamentos desportivos
 Trânsito e parques de estacionamento
 Coordenação com Juntas de Freguesia
 Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna Municipais
 Imagem e comunicação
 Promoção do desenvolvimento (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento e ligação aos agentes empresariais)
 Património (Candidaturas a Património da Humanidade)
 Relações externas
 Associativismo

Teresa Susana Bengala Simão
Vereadora a Tempo Inteiro
 Ação social e Solidariedade
 Programas ocupacionais de Emprego e Estágios Profissionais ou Curriculares
 Educação
 Cultura (incluindo Fundação Ammaia)
 Modernização administrativa
 Juventude
 Saúde

A Câmara Municipal tomou conhecimento. ----------

---------- .---------- .---------- .---------- .----------
2025.11.18

O Vereador Jorge Marques fez alguns reparos à distribuição de pelouros, no sentido do bom funcionamento da câmara municipal, uma vez que verificam que há um conjunto de pelouros relacionados e que estão separados. Deu como exemplo se houver uma reunião com o Instituto do Património Cultural, quem vai? O vereador da cultura ou o vereador do património? ----------
Embora saibam que esta distribuição é uma decisão do Presidente, julgam que seria importante uma alteração em que áreas tão ligadas estão separadas. Outro exemplo é o pelouro do desporto e juventude. ----------
Relativamente à Fundação Ammaia e estando o pelouro distribuído à Vereadora Teresa Simão, recomendou que possam pedir um parecer jurídico, para garantir que não há uma incompatibilidade, uma vez que a Vereadora faz parte do Conselho de Administração, e, mesmo que saia, esteve no conselho nos últimos três anos, e assim, evitaria constrangimentos futuros. ----------
O Presidente respondeu que a Vereadora Teresa vai sair da Fundação Ammaia. ----------
A Vereadora Teresa Simão esclareceu, relativamente aos pelouros, que a situação foi muito conversada e, independentemente de terem pelouros separados, estão a trabalhar em equipa e em sintonia. O património é uma área que domina e onde tem realizado trabalho e a ideia é que o Vereador Luís Costa não deixe da fazer parte das Candidaturas das FAR e do Vinho de Talha, onde já é conhecedor dos processos. Sobre a Fundação Ammaia, já pediu para se desvincular do Conselho de Administração, no entanto, concorda que se peça o parecer jurídico e, sempre que houver questões sobre a Ammaia, não participará nas votações. ----------
O Vereador António Bonacho estranhou o facto de o Vereador Luís Costa deixar o pelouro da Educação, onde já estava há tanto tempo. Foi-lhe atribuído a coordenação com as juntas de freguesia, mas, em sua opinião, essa responsabilidade devia ser do Presidente, que tem maior poder negocial numa área tão importante. ----------
O Presidente respondeu que o pelouro atribuído é mais para questões do dia-a-dia e para resolver situações, para a negociação, estão sempre os dois em sintonia. Em princípio, na assembleia municipal de dezembro, já levarão um esboço dos acordos a celebrar com as juntas de freguesia. ----------
----
APROVAÇÃO EM MINUTA:----------
Por unanimidade, foi deliberado, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos previstos nº. 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que elaborada por mim Emília Maria Mena da Cruz, Assistente Técnica, e tida por conforme por todos, vai ser assinada. -
E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião. -----
Eram 10:40 horas. ----------

---------- .---------- .---------- .---------- .----------
2025.11.18

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

_____

A ASSISTENTE TÉCNICA,

_____

---------- .---------- .---------- .---------- .----------

2025.11.18